

O Governo Federal anunciou novas medidas para o setor de bens de capital que darão novo fôlego para o processo de retomada do crescimento da produção industrial.

MEDIDAS DO GOVERNO

O setor Metalmeccânico e Eletroeletrônico do Rio Grande do Sul em dezembro de 2007 contava com 7.682 empresas, das quais, 1.809 eram do segmento de Máquinas e Equipamentos. Em maio de 2009, o setor possuía 180.194 postos de trabalho, dos quais 47.540 funcionários eram da produção de Máquinas e Equipamentos.

Em termos nacionais, o setor Metalmeccânico e Eletroeletrônico gaúcho se encontra no 4º lugar na produção industrial quando comparado a outros estados. Especificamente quanto ao segmento de Máquinas e Equipamentos, o RS está em segundo lugar apenas atrás de São Paulo. Estima-se também que o setor Metalmeccânico e Eletroeletrônico é responsável por cerca de 25% a 30% do total do PIB da Indústria de Transformação do estado.

Dito isto, pode-se concluir que as medidas anticrise divulgadas nesta segunda-feira, 29 de junho pelo Governo Federal trarão grande fôlego para a economia gaúcha, principalmente no tocante à cadeia metalmeccânica. A desoneração até dezembro de 2009 do IPI incidente sobre 70 itens de bens de capital (dentre os principais: válvulas industriais, árvores de transmissão, partes de aerogeradores (energia eólica), microscópios eletrônicos, hastes de bombeamento, congeladores industriais; partes de vários tipos de máquinas e equipamentos) e a redução da TJLP representam forte impulso para a recuperação do setor.

Calcula-se uma desoneração de R\$ 414 milhões com a redução do IPI, o que, por um lado penalizará as contas do governo, mas por outro incentivará a retomada do investimento por parte das empresas.

“Estima-se também que o setor Metalmeccânico e Eletroeletrônico é responsável por cerca de 25% a 30% do total do PIB da Indústria de Transformação do estado.”

Há que se ressaltar também a redução de juros nas linhas de crédito para bens de capital, cujo dispêndio será arcado pela União. Todas as medidas são temporárias e vigorarão apenas até dezembro de 2009, salvo as reduções da TJLP para 6,0% ao ano e do custo total do empréstimo (era cobrada uma taxa administrativa adicional pelo BNDES de 2,45% o que fazia com que o custo do empréstimo fosse de 8,75% a.a., esta taxa passa a ser zero e o custo total, 6,0% a.a.). Ao que parece, finalmente o governo dá indícios de que entende a importância do setor para todas as demais atividades econômicas.

Aliada a essa boa notícia, a FGV divulgou esta semana o ICI, Índice de Confiança da Indústria, em que mostra que houve uma alta de 4,8% em junho frente a maio. Ainda que abaixo dos níveis registrados em 2008, o índice reflete a melhoria nas expectativas do empresariado brasileiro e a tendência de retomada industrial a partir do 3º trimestre de 2009.*

* FGV/ ICI e Ministério da Fazenda.